

# Comunicação e gestão democrática de informação: um elemento fundamental às práticas emancipatórias

Jane Prates<sup>1</sup>  
Idília Fernandes<sup>2</sup>  
Gabriel Agnoletto<sup>3</sup>  
Gissele Carraro<sup>4</sup>  
Jacqueline Carbonari<sup>5</sup>

**Resumo:** *O presente artigo apresenta uma reflexão crítica articulando temas relacionados a informação, ao desenvolvimento tecnológico, e a gestão da informação evidenciando sua importância para as práticas participativas, em especial as práticas conselhistas, mas problematizando seus aspectos contraditórios e seu uso pelas elites orgânicas para a reprodução da cultura capitalista. Pretende-se contribuir com a desfeticização desses processos, em que pese o reconhecimento de sua relevância e necessária apropriação pelas políticas públicas.*

**Palavras-chave:** *comunicação; informação; inclusão/exclusão digital; reprodução; gestão da informação.*

## Introdução

A informação e o conhecimento, sua produção, acesso e socialização são de extrema importância para qualquer estratégia que tenha por objetivo a radicalização de processos democráticos

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social e professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: jprates@pucls.br.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Graduando em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

pois sua relação com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, que instigam consciência e organização, é absolutamente necessária, bem como sua íntima relação com a questão do poder. (PRATES, 2003)

Ter informação, ter conhecimentos acumulados sobre temas, situações, e processos de trabalho é ter poder, dividi-la é abrir mão de parte deste poder, o que é essencial às práticas de gestão participativa.

Não é preciso que se destaque o significado da revolução informacional, no contexto atual, desde o acesso a conta bancária ao controle de satélites há a mediação de processos de informatização. Não há dúvidas que a informática e a internet reduziram espaços, mundializaram as informações, implementaram um ritmo muito mais veloz à possibilidade de socialização da informação e do conhecimento, em que pese ainda seu acesso limitado às camadas mais empobrecidas. Este processo de acesso, contudo, via inclusão digital tem sido ampliado no Brasil.

O mapa da inclusão digital, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, destaca que o Brasil esta acima da média mundial de acesso a internet e que o uso da internet compõe os objetivos para o desenvolvimento do milênio da ONU, cujas metas foram fixadas para 2015, onde se inclui a conectividade. (NERIS, 2012). Destaca ainda o documento que os principais motivos da exclusão digital são o desinteresse (33%) e a falta de capacidade (31%). O mapa mostra que o Brasil sai de 8% de pessoas em domicílios com internet para 33%, em 9 anos. Por outro lado, ressalta que o país convive com condições muito adversas, pois enquanto São Caetano (SP) apresenta um índice de acesso a internet em casa de 74%, o maior do país, semelhante aos índices do Japão, em Aroeiras (PI) o estudo constata acesso nulo, dando visibilidade às profundas desigualdades regionais. (AGNOLETTO, 2013).

É importante, também ressaltar que a informática é complemento, pois por mais que tecnicamente desenvolvidos, os programas precisam ser alimentados por uma vivência histórica,

por uma reflexão crítica, precisa da articulação a uma realidade multifacética, em movimento, para dar conta dos processos sociais. Além disto, de nada adianta produzirmos conhecimentos, contarmos com tecnologias avançadas e sofisticadas para a sistematização de informações, se não as democratizamos, se não as socializarmos efetivamente através da comunicação.

## 1. Comunicação, linguagem e reprodução

A comunicação é um tema bastante polêmico e complexo. Alguns teóricos modernos partem da comunicação, ao invés da consciência, para analisar o processo humano de socialização.

Conforme Lefebvre (1966, p.47), a linguagem é tão antiga quanto a consciência. “Não existe consciência sem linguagem, pois a linguagem é a consciência real, prática.” Porém, diz Lefebvre (1966, p.52), a linguagem não suscita o que os homens têm a dizer. “Não possui este poder mágico, ou só possui temporariamente, de maneira precária”. E continua ressaltando que “o que os homens dizem vem da *praxis*” (trabalho, atos, lutas reais), mas tudo que eles fazem só entra na consciência passando pela linguagem”. E complementa referindo que: “As ideologias constituem mediações entre a *praxis* e a consciência (isto é, a linguagem). Mediação que pode também servir de anteparo, obstáculo e bloquear a consciência” (1966, p.56)

Ressaltando o caráter contraditório da linguagem, o autor afirma que para Marx, nem o pensamento, nem a língua formam esfera independente. Diz o autor (1966, p.53): “Nesse tesouro ou depósito confiado ao conjunto da sociedade que é a língua, caem e se acumulam ilusões e erros, verdades triviais e verdades profundas”.

Motter (1994) afirma que, se o universo sensível se apresenta de modo contínuo, é a linguagem que vai recortá-lo e torná-lo compreensível. Afirma ainda que a língua veicula uma

ideologia, pode corresponder a objetividade dos fatos ou encobrir o real. Fabiano, o personagem do livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, ilustra bem este fato.

(Fabiano) "Ouvira falar em juro e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras. Mas eram bonitas. As vezes decorava algumas e as empregava fora de propósito.

Não há dúvidas de que a comunicação foi, e tem sido, uma das grandes armas para a consolidação do sistema capitalista e do processo de alienação; ela cria mitos, impõe valores, necessidades, cria cultura a serviço e interesse do capital, cria, como afirma Guareschi (1991, p.7) , "o homem programado, fruto do paraíso do monólogo da mercantilização."

Gramsci (1989, 13) ressalta que os intelectuais têm uma importante função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Em sua obra *Os Intelectuais e a Organização da cultura* relata, de forma detalhada como, ao longo da história, a classe dominante tem produzido intelectuais que exercem o monopólio da direção cultural, importante base para a manutenção de sua hegemonia.

Iamamoto (2007) na mesma perspectiva, destaca a necessidade que o capital tem de criar uma cultura para consolidar-se e reafirmar-se sistematicamente, ressaltando o caráter contraditório dos processos de reprodução. Sem dúvida a autora não resume a cultura a linguagem, contudo ela passa pelo modo como os sujeitos acessam a informação e formam opiniões.

Dreifuss (1986) faz uma análise profunda de como as elites orgânicas capitalistas lideram e viabilizam seu projeto político, através de táticas e estratégias, relações de força e poder (correlação de forças).

Para Dreifuss, as elites orgânicas agem na realidade, como mediadoras, que predispõe a classe dominante para a luta política, através da formação de blocos de poder, ou de frentes móveis de ação, articulando os momentos político-ideológico-coercitivo (dimensão estatal e intervenção no conflito social), traduzindo as necessidades da produção para o plano da ação política e sua viabilização em nível institucional.

Segundo o autor, é a ação político-ideológica das elites orgânicas que permite a polarização, sob seu controle, de frações subalternas. Na verdade as elites orgânicas são para Dreifuss (1986, 27) o “estado maior” da classe dominante, não só responsáveis pelo planejamento estratégico de classe, mas também pela formulação dos principais lineamentos da ação e de toda a sua direção.

Responsáveis pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico, apresentado não só como do interesse coletivo do capital, mas da nação, as elites orgânicas procuram transformar as contradições do sistema e os antagonismos de classe em simples diferenças passíveis de reconciliação, de forma que seu “argumento lógico” apareça como expressão da consciência nacional e exigência societária.

Mas, se por um lado a comunicação reproduz alienação, e mercantilização, por outro, é através da comunicação que estabelecemos relações que nos possibilitam provocar reflexões, trabalhar processos de conscientização, reproduzir também as riquezas socialmente construídas pela humanidade. É através da comunicação que veiculamos nossos pensamentos, nossas críticas, nossas experiências e conhecimentos. Como instrumento, da mesma forma que pode servir (e serve) à alienação e dominação, pode ser importante estratégia para viabilizar a sua superação.

Um exemplo brilhante de criatividade no uso da comunicação é apresentado por Chauí (1993, p.44-45) ao relatar a experiência do “dia da amnésia”, decidido pelos operários da COSIPA, nos anos 1970.

Para entrar diariamente na COSIPA, os operários deveriam apresentar documentos de identificação. A entrada e saída se faziam em turnos fixos, durante 24 horas, pois os altos fornos não podiam ser apagados. Sendo zona de “segurança nacional”, seus operários permaneciam sob constante vigilância e não lhes era permitido qualquer forma interna de organização, nem de controle do trabalho. A informação era controlada e as relações entre trabalhadores vigiada. Sem imprensa própria e com um sindicato cooptado pela classe dominante, os operários da COSIPA criaram uma imprensa alternativa para a preparação da greve, que não pôde ser reprimida nem punida.

Usaram as portas dos banheiros como folhas de jornal ou boletins informativos; escritos a serem apagados pelos últimos operários a usarem os banheiros, ao final de cada turno. No “dia da amnésia” todos os operários, diz Chauí, tiveram um repentino esquecimento, esqueceram em casa o documento de identificação. Isto significou a formação de longas filas para a identificação minuciosa de milhares de trabalhadores, interrompendo os turnos, paralisando atividades, até que os altos fornos fossem atingidos. Diante da situação, a direção da empresa foi obrigada a negociar com os grevistas, que perante a lei, não eram grevistas.

Cabe esclarecer que, ao nos referirmos à comunicação, como processo, estamos abordando desde a compatibilização da linguagem entre técnicos e usuários, até formas comuns ou criativas de comunicação (elaboração de boletins, jornais, uso de megafones, vídeos, painéis, folders, aparelhos de comunicação de massa, “portas de banheiro”, etc.). Importa, na verdade, o reconhecimento e a valorização do processo de comunicação, para viabilizar a socialização de informações, conhecimentos, sem os quais os processos não se operacionalizam. (PRATES, 2003).

## **2. A gestão via práticas conselhistas, as redes e o uso da informação:**

Entendemos gestão como um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes. Como espaço de ação está intimamente vinculada às questões axiológicas e a um projeto político, explícito ou não, pois traz em seu conteúdo e na forma como se concretiza uma visão de homem (sujeito ou objeto), de sociedade (de igualdade ou de exclusão) e finalidade (interesse de minorias ou da maioria). Poderíamos subdividi-la em apenas dois grandes grupos, se considerarmos a distribuição do poder, em especial o processo decisório.

A gestão concentradora pode ser definida como aquela onde o poder decisório cabe à minoria, seja na figura de um dirigente, administrador, pesquisador, uma equipe técnica, um grupo ou uma classe social. Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins, de forma a manter uma pseudo-legitimidade e o controle do processo. Pode até conceder espaços de participação, desde que no seu entendimento, não ponha em risco a hegemonia de quem detém o poder. A este tipo de gestão, caracterizada por uma distribuição não igualitária de poder e uma relação predominantemente unilateral de dominação, Faria (1985) chama de heterogestão. (PRATES. 1995)

A gestão estratégico-participativa: tem como base o homem sujeito, com igualdade de direitos para interferir em todas as etapas do processo em especial no que concerne a decisão. Organiza-se através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação e os demais processos sociais que a compõe. Sua expressão máxima seria a autogestão.

Marx (1989) esclarece que em todo o trabalho coletivo há a necessidade de uma direção que articule as atividades individuais e responda as funções de todo o organismo produtivo. Porém,

esta função natural, na medida em que se desenvolve o processo de cooperação, assume o caráter de dominação. Diz Marx (1989, 330)

Essa função de dirigir, superintender e mediar assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo... Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho. Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência.

Afirmando que a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista, Marx (1989, 382) ressalta que, ao entrar no processo de trabalho, o trabalhador deixa de pertencer a si mesmo e sua cooperação incorporada a “um organismo que trabalha representa apenas uma forma especial de existência do capital”. Porém, a conexão entre as funções que exercem, formando o organismo produtivo, devido a alienação do trabalho, lhes aparece idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista. E continua Marx (1989, 385)

Com o desenvolvimento o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados entregando-a a um tipo especial de assalariados. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contra-mestres, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho comandam em nome do capital.



As práticas conselhistas se configuram como um tipo de gestão intermediária, na medida em que não podem ser categorizadas nem como concentradoras (heterogestão), nem como radicalmente democráticas (autogestão), mas se caracterizam pela co-gestão.

Mesmo considerando-se o esforço de diversos municípios para implantar os Conselhos, o histórico brasileiro, marcado por processos autoritários, por políticas populistas e por uma cultura de não participação, tem dificultado a consolidação do processo. A falta do exercício da participação faz com que muitos conselhos, ainda em fase de consolidação, sejam manipulados e reproduzam relações autoritárias. Urge, portanto, a criação de novas alternativas a partir das quais os sujeitos possam capacitar-se no exercício da democracia, exigindo desta forma o espaço que lhes cabe na direção dos rumos da política. (PRATES, 2001)

A prática conselhistas pressupõe uma ação compartilhada entre governo e sociedade através da representação dos diversos segmentos e instâncias que planejam, decidem e fiscalizam a implementação da política de forma conjunta.

A sua implementação não garante o processo de democratização do poder, mas como espaço instituído possibilita o desenvolvimento de processos sociais, logo de contra-hegemonia considerando que a partir da participação os representantes da sociedade capacitam-se, informam-se, desenvolvem a consciência crítica, reconhecem seu direito e suas possibilidades de contribuir, fiscalizam.

É fundamental, portanto para o desenvolvimento das práticas conselhistas: problematizar o significado de ser representante, trabalhar o acesso qualificado a informação, viabilizar processos de capacitação que instiguem ampliação da consciência e das cadeias de mediações que auxiliem na movimentação dos saberes construídos.

No que concerne as redes, a ampliação de canais para participação da população usuária e mesmo a democratização interna nas instâncias executivas, são fundamentais para facilitar

um processo de reelaboração coletiva, o que também pressupõe acesso a informação e ao conhecimento.

Mas para além da constituição das redes são necessárias as suas qualificação e legitimação. A qualificação pressupõe capacitação sistemática, consolidação de espaços de decisão e controle, parcerias para somar esforços, reconhecimento de que, como processo, precisa ser constantemente objeto de problematização, reavaliação, superação.

É importante considerar que as políticas sociais são políticas contraditórias, que se constituem em estratégias de conformação mas também, como contraponto, são espaços de luta, organização e resistência. Nosso grande desafio é exatamente potencializar seu aspecto emancipador em detrimento das formas históricas de dependência e conformismo. (PRATES, 1995).

Ainda no que concerne às redes não só de serviços, mas virtuais, que viabilizam, via internet, “a circulação de informações, democratizando-as, por outro lado contribuem para modificar as formas de luta, ou até mesmo para confinar o sujeito político ao circuito interno da casa, em detrimento da rua, palco de tantas lutas” (VIANA, 2000: 51). Além deste aspecto viabilizam, conforme destaca Viana, na contramão da solidariedade, a mobilização e o crescimento de ações coletivas calcadas na intolerância e no ódio, como redes que articulam práticas “segregacionistas contra negros, homossexuais, judeus, nordestinos, entre outros estratos ou grupos sociais” (VIANA, 2000: 52)

É preciso, portanto, reconhecer o caráter contraditório das redes sociais e não vê-las apenas como espaços de avanço no acesso a informação e conhecimentos, sem desmerecer a importância do avanço tecnológico.

### 3. A gestão da informação

A gestão da informação requer as etapas de busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação de informações, independentemente do formato ou meio em que se encontrem os dados ou conteúdos trabalhados (sejam eles registrados em documentos físicos ou digitais). Tem por objetivo fazer com que as informações cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo.

Mas o dado bruto, mesmo relevante e atualizado não produz conhecimento, portanto a gestão da informação é fundamental para que se possa efetivar a gestão do conhecimento que pressupõe a mediação de teorias explicativas.

A gestão do conhecimento, por sua vez, irá possibilitar a gestão da inteligência, ou seja as condições para que a tomada de decisão possa ser realizada com maior efetividade, maior brevidade e considerando múltiplos aspectos. As políticas públicas cada vez mais valorizam a gestão da informação, instituem departamentos específicos para este fim, criam-se profissões para dar conta desse processo, mas esta é uma competência, não é atribuição privativa de nenhuma profissão, porém não nos esqueçamos também que a informação é meio e não fim último para que não incorramos em reducionismos bastante comuns em tempos de supervalorização da tecnologia. (PRATES, 2008)

Contudo, sem dúvida direcionada por um projeto político emancipatório a informação é instrumento essencial para o controle social e para a democracia, processos muito caros a todos nós que almejamos a construção de novos patamares de sociabilidade.

Nesse sentido falamos de algo que não pode ser confundido com a democracia fetichizada, utilizada para justificar a guerra e a intolerância em relação à diversidade e a autonomia dos povos, mas numa perspectiva diametralmente oposta, conforme a entende Coutinho (1997), como sinônimo de soberania popular. Segundo o autor “podemos defini-la como a

presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.” (COUTINHO, 1997, 145).

Borón (2003) na mesma perspectiva, diferencia a concepção de democracia que considera em primeiro lugar o trabalho e as necessidades humanas das concepções que a reduzem a uma mera forma desprovida de conteúdo ou, a um sistema de regras e procedimentos que não reconhecem as determinações impostas pelas condições histórico- sociais. Argumenta que, no auge do neoliberalismo, existe uma preocupação quase obsessiva em definir a democracia, como um procedimento e um valor universal descontextualizado das condições históricas de sua produção para que represente, uma concepção “a-histórica” esvaziada de conteúdo político e ideológico. Complementando, ressalta que a tentativa de ocultar ou desconhecer o caráter de classe que consubstancia as democracias concretas existentes permite evitar o aprofundamento e a crítica sobre os conteúdos que as fundamentam. Avaliando as necessidades da América Latina ressalta Borón (2003, 47-48) que

(...) la noción misma de democracia contiene ya una crítica a la realmente existente, entendiendo la democracia como proyecto de autogobierno de los productores superador de las condiciones de explotación y de desigualdad realmente existentes.

E conclui afirmando que uma democracia integral e substantiva requer necessariamente: “una formación social caracterizada por um nível relativamente elevado, aunque historicamente variable, de bienestar material y de igualdad económica, social y jurídica” que permita o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos e a expressão plural que caracteriza a vida social e a efetiva garantia de direitos, além das condições

objetivas que permitam o seu exercício na vida cotidiana. (BORÒN, 2003, 55).

### **À guisa de uma breve conclusão**

Como bem destaca Iamamoto (2004) a apreensão da questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas exige para o seu enfrentamento um processo de luta pela democratização da economia, da política, da cultura, na construção da esfera pública.

Esse processo passa pela ampliação da participação que, só pode ser substancial quando instruída por uma informação consistente que possa subsidiar a conformação de redes de mediações (conhecimento) as ampliando. A informação e a gestão da informação são de fundamental importância para a democratização do conjunto das políticas públicas, mas a sua efetiva socialização e decodificação são essenciais para que possam subsidiar a tomada de decisão pelo coletivo dos participantes de conselhos, fóruns, conferências e outros espaços de participação popular;

O desenvolvimento tecnológico e a possibilidade de acesso a muitas informações, a bem vinda inclusão digital e ampliação da conectividade são elementos importantes nesse processo, mas são apenas ferramentas, portanto seu caráter contraditório precisa ser destacado, desfeticizando a centralidade da técnica em detrimento do que as fundamenta e aporta a necessária direção social para sua utilização.

Para concluir retomamos Borón (2003, 60), que reporta-se a Marx quando assinala, “la burguesia francesa hizo la apoteosis del sable, y el sable mando sobre ella” e, parafrasando o pensador alemão diz: “las burguesias latinoamericanas hicieron la apoteosis de los mercados y los mercados mandaron (y mandan) sobre ellas. Y un estado que es el inerme rehén de los mercados jamás puede ser democrático”.

## Referências

AGNOLETTO, Gabriel Prates. **Tecnologia com inclusão digital**. Trabalho apresentado à disciplina Jornalismo on-line II. Curso de Comunicação Social da PUCRS, Porto Alegre, 2013.

BORON, Atílio. El Estado y las “reformas del Estado orientadas al mercado”. Los “desempeños” de la democracia en América Latina. In KRAWCZYK, Nora R e WANDERLEY, Luiz E. (org) **América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**. Vol 1 n 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. p145-165

DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista**. RJ: Espaço e Tempo, 1986.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. 2.ed. Curitiba: Criar, 1985.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

GUARESCHI, Pedrinho (Org ) **Comunicação e controle social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1966.

MARTINELLI, M.L. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º43. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, K. **O Capital**. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MOTTER, Maria de Lourdes. A linguagem como traço distintivo do humano. Artigo. **Revista Princípios**, n.34. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

NERIS, Marcelo Cortes. **Mapa de Inclusão Digital**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2012. Acessível [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)

PRATES, Jane Cruz.. Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político. **Dissertação de Mestrado**. FSS/PUCRS, Porto Alegre, 1995.

\_\_\_\_\_. A democratização do Poder Local através do orçamento participativo da Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 66, São Paulo: Cortez, 2001

\_\_\_\_\_. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do(a) Assistente Social. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre, FSS/PUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Material Didático sobre Gestão da Informação. Disciplina de Avaliação de Políticas Sociais**. Curso de especialização em gestão pública. Chapecó, Unochapecó, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 87 ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Revista serviço Social e Sociedade** n 64. SP, Cortez, 2000. p34-56

Recebido em 12/06/2013 e  
aceito em 25/12/2013.

---

**Title:** *Communication and democratic management of information: an essential element to emancipatory practices.*

**Abstract:** *This paper presents a critical reflection about the information technology development, and information management highlighting its importance to participatory practices, including practices councilists but questioning its contradictory aspects and their use by the organic elite, for the reproduction of capitalist culture. It aims to contribute to the analysis these processes, despite the recognition of its relevance to public policies.*

**Keywords:** *communication; information; inclusion/exclusion digital reproduction managing information.*

---